

Alfred Schütz e a Comunicação: Contribuições Epistemológicas e Conceituais para o Estudo das Interações Sociais

Thales Vilela Lelo

Mestrando em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) na linha “Processos Comunicativos e Práticas Sociais”. Graduado em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Integrante do Grupo de Pesquisa “Jornalismo, Narrativas e Linguagens” (CNPq).

Lorena Rúbia Pereira Caminhas

Mestranda em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) na linha “Processos Comunicativos e Práticas Sociais”. Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Integrante do Grupo de Pesquisa “Plataformas Midiáticas, Informação e Opinião” (CNPq).

Resumo: Este artigo trata das contribuições do filósofo e sociólogo austríaco Alfred Schütz para os estudos em Comunicação, com enfoque para as questões de cunho epistemológico e de definição conceitual que envolvem as interações sociais e os processos midiáticos. A reflexão sobre as teorizações do autor também levará em conta as críticas que posteriormente foram feitas à sua obra.

Palavras-chave: Alfred Schütz; epistemologia da Comunicação; interações sociais

Abstract: This article discusses the contributions of the Austrian philosopher and sociologist Alfred Schütz to the Communication studies, focusing on issues of epistemological and conceptual definition, which involves social interactions and media processes. A reflection on the author's theorizations also takes into account the criticisms that later made about his work.

Keywords: Alfred Schütz; epistemology of Communication; social interactions

Introdução

Frente à proliferação dos debates atuais em torno da pesquisa empírica em Comunicação, os questionamentos que nos são colocados referem-se às possibilidades de abordagem de objetos de um prisma comunicacional e à formulação de um entendimento do processo de investigação. Essas questões sugerem reflexões a nível teórico e epistemológico, concernentes tanto à delimitação de uma agenda de pesquisa na área quanto ao posicionamento do pesquisador e do campo.

A definição desse espaço transcende a delimitação de objetos, temas ou teorias adequados ou preferenciais. Na tentativa de aclarar a discussão, José Luiz Braga assevera que é preciso atentar para como nos debruçamos sobre os fenômenos a partir de “um certo tipo de processos epistemicamente caracterizados por uma perspectiva comunicacional” (2011: 66). Os contornos da visada comunicativa são dados, portanto, menos pelos eventos elegidos e mais pelas perguntas formuladas, com as quais os pesquisadores se voltam à realidade.

Abordar a formulação de um campo da Comunicação envolve então o entendimento do procedimento por meio do qual o investigador estabelece suas perguntas e toma decisões metodológicas, que são formuladas e guiadas por panoramas teóricos axiomáticos que descortinam ancoragens centrais das abordagens do processo comunicativo.

Na atual conjuntura da área, dentre os muitos autores convocados das mais diferentes áreas do conhecimento no intuito de consolidar uma matriz de orientação particularmente comunicacional, considera-se que a obra sociológica de inspiração fenomenológica de Alfred Schütz possa trazer elementos de suma importância tanto no sentido de nortear o horizonte em que se inserem os estudiosos da comunicação em sua empreitada de tencionar a realidade (o “perguntar” na materialidade das trocas), quanto no âmbito de apreensão das próprias interações sociais que configuram a vida comum em que habitam tanto cientistas quanto profissionais liberais, membros das forças de segurança, cidadãos despossuídos de direitos ou ainda viajantes que percorrem regiões desconhecidas. Schütz, ao longo de sua carreira, esteve atento para os múltiplos cenários nos quais se inserem esses atores, e seu propósito de teorização poderia ser resumido, ainda que grosseiramente, em uma tentativa de enraizar a sociologia no estudo dos fenômenos de organização e coordenação social que se desvelam no cotidiano, tomando como eixo central a intersubjetividade. Como pessoas das mais diferentes formações conseguem se relacionar e construir um ambiente partilhado e inteligível para ação e realização prática? No horizonte desta inquietação, o pensador austríaco bebeu das mais variadas fontes que serviram para adensar seu projeto de investigação: dos precursores da fenomenologia como Edmund Husserl, passando pelo pragmatismo norte americano de John Dewey e William James, e culminando em um debate acalorado com o funcionalismo de Talcott Parsons.

No Brasil, uma parcela de seu trabalho foi traduzida e compilada na obra *Fenomenologia e Relações Sociais*, organizada por Helmut Wagner. Além deste livro, é possível encontrar, dispersos entre publicações em Ciências Sociais, alguns de seus artigos traduzidos para o português. Mas apesar da escassez de referências, não deixa de ser plausível elaborar um conjunto significativo de temas propriamente comunicacionais com os quais Schütz dialoga. Neste artigo, estaremos pautados em dois eixos, entrelaçando as questões deste autor com aquelas que concernem às agendas dos estudos em Comunicação: 1) em direção a uma epistemologia da área e 2) por uma abordagem das interações e dos *media*.

Embora o propósito do texto seja o de corroborar com aqueles que defendem o resgate do trabalho de Alfred Schütz para o nosso horizonte disciplinar, não deixaremos de apontar, no decurso da discussão, críticas a elementos de sua obra, que foram trazidas à tona ao longo das últimas décadas em que Schütz se popularizou no seio das Ciências Humanas.

Em direção a uma epistemologia da Comunicação

Os debates epistemológicos que são formulados na Comunicação vêm pautando diversas perspectivas de delimitação do fazer científico nessa área. O trabalho de Alfred Schütz (1979), nesta esteira, vem corroborar com a proposta de uma sociologia interpretativa, em contraponto a abordagens behavioristas e positivistas (com as quais o próprio Schütz estabelecia um diálogo crítico). Se as bases do pensamento epistemológico vigente exigiam da sociologia a adoção de critérios advindos das Ciências Naturais para se firmar enquanto campo investigativo, Schütz posiciona-se junto a teóricos que postulavam outro paradigma para as Ciências Sociais, assinalando os processos compreensivos como centrais para os estudos da sociedade, uma vez que é através deles que os indivíduos interpretam a realidade de maneira semelhante e partilhada. Ao se estabelecer desta maneira, como assinala João Carlos Correia (2002), o pensador austríaco assume como tarefa esclarecer quais seriam os procedimentos que permitiriam à investigação científica recompor os sentidos de forma controlada. Retomando a tensão entre objetividade científica e subjetividade do pesquisador, o autor realoca a relação tríade entre teoria, formulação de conceitos e construtos voltados para o entendimento do mundo da vida.

No panorama mais contemporâneo de discussões sobre o papel da ciência, traçado por Boaventura de Sousa Santos (1989), Schütz é alinhado junto a teóricos do interacionismo simbólico e da etnometodologia como principiante de uma “segunda ruptura epistemológica” entre conhecimento científico e senso comum. No primeiro corte epistemológico, como Santos destaca, estava demarcada visivelmente uma linha divisória entre a sabedoria do cotidiano e a pesquisa acadêmica, assinalando a primeira como o lugar da propagação de pensamentos vulgares, fixistas, raciocínios sem consciência autônoma e de motivação desconexa, e a segunda como aquela responsável por escapar das garras da banalidade, rompendo com os códigos e obstáculos habituais em direção à edificação de universos conceituais inovadores, mais ricos e primados pelo progresso de uma sociedade guiada por racionalidade formal, instrumental e afeita à profissionalização do conhecimento acadêmico - que impede de vez os “leigos” de participar no trabalho de reflexão. A pergunta chave deste tipo de ciência seria: “para que queremos o senso comum?” (SANTOS, 1989: 52).

Nas teorizações sobre a condução de pesquisas empíricas em Comunicação, esta primeira ruptura persiste enquanto um esforço específico para evitar que os estudos de caso da área reproduzam o chamado “empirismo ingênuo”. Esta forma de lidar com a materialidade concreta é criticada, por exemplo, em um texto de Regina Rossetti (2010). Recorrendo à epistemologia de Gaston Bachelard, a autora diverge de correntes (tais como a *Mass Communication Research*), que, segundo ela, partiriam do “pressuposto de que é possível a observação direta e imediata da realidade feita por um observador despreconceituoso e imparcial” (ROSSETTI, 2010: 75). Seu objetivo é o de restituir o papel norteador e condutor da teoria nas análises de objetos do campo, conclamando, para esta tarefa, uma cisão com a experiência primeira e um investimento particular na construção do objeto científico que “parta de pressupostos epistemológicos inéditos e busque, mais do que a descoberta científica, a criação de explicações inovadoras sobre a realidade” (ROSSETTI, 2010: 78).

Apesar dos méritos da investida de Rossetti em descortinar as incongruências patentes nos estudos descritivistas da Comunicação, seu método para recobrar o valor da teoria nas investigações acaba por gerar uma suspeita e, conseqüentemente, uma dissensão irreparável entre pesquisa e senso comum, característica da “primeira ruptura epistemológica”, como acima exposta. Não desconsiderando a importância desta cisão para a história de desenvolvimentos da ciência moderna, Boaventura de Sousa Santos (1989) pontua algumas de suas insuficiências: a impossibilidade de leitura dessa ruptura que não pelos cânones da ciência moderna progressista; a subordinação absoluta do objeto ao sujeito no trabalho de pesquisa (a “experiência do pesquisar” é posta na periferia do trabalho acabado, esquecendo-se neste movimento da importância do sujeito tanto no âmbito teórico quanto pragmático); a legitimação segregacionista da averiguação científica como única forma de conhecimento rigoroso; a redução do mapa dos observáveis aos quantificáveis e a atribuição de rigidez à ciência com base em critérios provenientes da matemática; a obsessão pela busca da verdade oculta por detrás da vulgaridade cotidiana e o autoritarismo do julgamento apreciativo prévio sobre o que é ou não relevante à verificação; a desconsideração do caráter movediço das experiências hodiernas e o nexos problemático entre saber e poder (restringindo às autoridades científicas o direito de pensar e refletir).

Por estas razões, a “segunda ruptura epistemológica”, da qual Alfred Schütz é um representante, poderia ser também nomeada como um rompimento com uma “primeira ruptura epistemológica”. Isto porque, se na primeira a questão primordial versava sobre a necessária distinção entre saber acadêmico e saber vulgar, a segunda se questiona sobre a própria utilidade do saber científico. A separação entre as formas de experimentar o mundo objetivo pode ter sido o nó górdio de um desengajamento completo da ciência com a vida comum, de modo

que suas contribuições deixaram muitas vezes de ter seu impacto na existência diária. Por isso, o primado da segunda ruptura é pelo reencontro entre essas duas formas de conhecimento, evidenciando os intercâmbios entre elas em seus modos de lidar com o real. Nas palavras de Santos, “enquanto a primeira ruptura é imprescindível para constituir a ciência, mas deixa o senso comum tal como estava antes dela, a segunda ruptura transforma o senso comum com base na ciência constituída e no mesmo processo transforma a ciência” (1989: 45). Assim, seu objetivo é “criar uma forma de conhecimento, ou melhor, uma configuração de conhecimentos que sendo prática não deixa de ser esclarecida e sendo sábia não deixa de estar democraticamente distribuída” (SANTOS, 1989: 45).

Esse panorama nos ajuda a situar o lugar de fala de Alfred Schütz, sua postura perante as Ciências Humanas e o cerne de sua fundamentação em torno da sociedade e dos indivíduos. De acordo com João Carlos Correia (2002), Schütz propõe para a teoria social a tarefa de interpretação da experiência dos indivíduos e o entendimento dos significados partilhados para se chegar ao entendimento do mundo social. Uma síntese das bases da “sociologia interpretativa” é sucintamente descrita nessa passagem da obra de Schütz, reafirmando que a abordagem compreensiva dá garantias de que o mundo social não será construído pelo investigador tal qual um mundo ficcional: “nós, cientistas, não somos menos soberanos em nosso sistema de interpretação do que o ator é livre ao estabelecer seus sistemas de metas e planos” (SCHÜTZ, 1979: 261).

No pensamento de Alfred Schütz, as questões expostas acima podem ser costuradas a partir do conceito de “províncias de significado”, tendo-se em vista que, se a ciência é uma esfera do mundo social, ela não se desvincula nem dos sujeitos pesquisadores e de suas atividades, nem da realidade social como um todo. Assumindo o mundo da vida cotidiana como a amálgama que constrói e alimenta a investigação acadêmica, diz-se que ele ancora e firma os vínculos das pesquisas com a cotidianidade. Por esta trilha, a questão da experiência emerge como conformadora da província de significado científica, que passa a incluir a subjetividade do pesquisador como parte da realidade a que alude. Essa abordagem coloca o observador social no patamar do homem do senso comum, que possui seus próprios métodos e sistemas de explicação. A partir das colocações epistemológicas de Schütz assume-se a legitimidade e importância fundamental do senso comum no trabalho de teorização e explicação do mundo, posicionando as Ciências Sociais como práticas socialmente contextualizadas e não contraditórias ao pensamento do dia a dia.

Se Schütz não desata os laços entre ciência e conhecimento ordinário, também não adere à rota inversa do “empirismo ingênuo” criticado por Regina Rossetti. Isso porque, como Carla Teixeira indica, o pensador austríaco deixa expresso nitidamente que o “fluxo da experiência não pode ser apreendido em sua imediaticidade, requerendo que algum tipo de ênfase interrompa sua continuidade, seu estado de indiferenciação e molde-o em unidades passíveis de apreensão reflexiva” (2000: 18). Se no dia a dia este recorte é dado pelos princípios práticos dos atores, na produção científica deve haver uma “articulação entre os problemas práticos, que orientam o mundo da vida diária, e os problemas teóricos, razão de ser da realidade científica” (TEIXEIRA, 2000: 19).

O estudo dos fenômenos concretos, do ponto de vista da teoria schütziana, deve abordar a forma que o ator interpreta seu contexto, na busca por vislumbrar os artifícios de idealização e construção cotidiana do mundo social, a gênese dos significados partilhados e os mecanismos através dos quais os indivíduos compreendem uns aos outros. Por esta angulação, Schütz delimita os construtos científicos como de segundo grau, na medida em que eles são formulações baseadas em objetos de pensamento extraídos do senso comum – são transformações dos sentidos ordinários em construções interpretativos científicos.

As questões que se referem à abordagem epistemológica schütziana passam também pelo papel da verificação, nos arguindo como é possível ao investigador acreditar em princípios de comprovação (os quais dependem dos significados ordinários como base de controle), na medida em que excluem a racionalidade dos atores sociais e centralizam a sua própria. Alfred Schütz (1979) afirma que a ciência nesses moldes cria uma ficção de realidade social porque adota métodos das Ciências Naturais, que por sua vez fracassam na interpretação da subjetividade. Este modelo se relaciona também ao postulado ingênuo de que em um bom estudo bastaria ao pesquisador reportar o mundo social como a ele é apresentado. O autor, então, rechaça a possibilidade de construção de um sistema de abstração que prescindiria do ator social para a formulação de entendimentos da sociedade.

Adotar uma abordagem mais subjetiva ou objetiva, para ficarmos nos termos calçados por Schütz, conforma a investigação ao admitir determinado tratamento do mundo social. Se se opta pela via objetivista, corre-se o risco tomar a sociedade unicamente como pressuposto. Por outro lado, se é adotada a via subjetiva, torna-se possível o enfoque nos processos e procedimentos de construção e sedimentação do domínio social tais quais são interpretados pelos sujeitos em suas realizações diárias. Essas colocações demarcam a centralidade da tomada de decisão do pesquisador quanto à forma de fazer ciência: se é a postura do investigador, em sua assunção de determinada maneira de se voltar para a realidade, que confere os contornos da pesquisa, é nítido que a ciência, para além de uma atividade interpretativa e contemplativa, é prática - e precisa, como a realidade social, da ação de sujeitos para a sua feitura. Destarte, Schütz integra o cientista e a conduta de pesquisa no cerne do construto científico, rompendo com as barreiras criadas pela dicotomização das lógicas internas à investigação e os problemas sociológicos que as envolvem.

Através desta guinada epistemológica que resgata a proeminência do sentido comum enquanto propiciador e catalisador de pesquisas, Schütz sumariza seu programa de análise em três grandes postulados: 1) consistência lógica dos objetos construídos pelo pesquisador segundo os termos de um prisma formal estabelecido (tendo em vista a transparência e a validação científica), e propendendo a manter a “distinção entre os objetos de pensamento científico e os objetos do pensamento construídos pelo pensamento prático na vida diária, aos quais os primeiros têm de substituir” (1979: 274); 2) criação de modelos de conduta possíveis a fim de que os eventos analisados correspondam a formas típicas de ação social e 3) adequação entre a abstração e a idealização efetuada por meio de um investimento de observação aos sentidos que os próprios sujeitos atribuem aos seus cursos de interação e envolvimento com a vida diária. Seguindo por estes percursos, o autor aposta na viabilidade da construção de “tipos ideais” que consistiriam, em suma, no ponto final de um período de exame das práticas dos sujeitos, que, cristalizadas “sobre uma lâmina” (SCHÜTZ, 1979: 278), seriam passíveis de interpretação objetiva posterior, levando ao entendimento do modo como se desenham, em contextos concretos, conjuntos de motivações dos atores, linhas de ação possíveis, etc.

Apesar dos muitos subsídios trazidos no curso de reflexão deste autor, é importante também deixar claro que, no processo de incorporação de suas fundamentações para o avanço epistemológico da pesquisa em Comunicação, as críticas à sua obra também devem ser levadas em consideração. E uma delas provém do próprio Boaventura de Sousa Santos (1989) que, após aproximar Schütz de outros filósofos e sociólogos responsáveis pela emergência de uma “segunda ruptura epistemológica”, aponta um déficit no projeto teórico do austríaco. Ele assinala que, quando o autor propõe como primeira tarefa hermenêutica do pesquisador a validação de seus construtos teóricos não só nos cânones da ciência, mas também no próprio entendimento concreto que os atores atribuem aos seus

curso de atividade, esquece-se que o que ocorre na vida material não é só a apropriação do senso comum pelo discurso da ciência, mas também o processo antagônico, no qual se nuança correntemente um “deslize contínuo dos conceitos construídos pela sociologia de tal modo que estes são apropriados por aqueles cuja conduta analisam e, dessa forma, tendem a transformar-se em elementos constitutivos dessa conduta” (SANTOS, 1989: 64). Assim, um outro processo hermenêutico deve ser implantado no projeto de Schütz visando corrigir esta imprecisão conceitual e apreender a maneira como os indivíduos ajustam suas condutas com base em expectativas que possuem e compreendem da província de significado da ciência – entrelaçando suas ações com base nos conceitos que seriam usados, em primeiro plano, para os analisarem.

Se Schütz iniciou o debate e ofereceu *insight* para conduzir a discussão, a etnometodologia revolucionou os termos e colocou a ciência no mesmo patamar que outras atividades cotidianas. Essa postura, herdeira da teoria schütziana, traz novas investidas epistemológicas para estudos sociais, e, no nosso caso particular, elementos agregadores no processo de incorporação das reflexões do autor ao terreno da Comunicação. Tal tradição de pesquisa reconhece a capacidade reflexiva e interpretativa em todos os sujeitos – pesquisados ou mesmo o homem comum, desvinculando a cisão entre conhecimento prático e erudito. Assim, em empreitadas como as de Harold Garfinkel (2006), podemos acompanhar por meio de diversas incursões empíricas a maneira como pesquisadores que empregam *surveys* se preocupam muito mais em apresentar uma conclusão “razoável” a sua plateia e aos seus pares – de forma que o trabalho de pesquisa em si se torna um processo de espera por um curso de ação desejável e justificável –, ou ainda como membros de um júri, no anseio de obter apoio social em suas decisões, modificam as regras usadas no dia a dia para que suas ações se configurem como legítimas.

Para uma abordagem das interações e dos *media*

No que diz respeito ao estudo das interações sociais, tanto interpessoais quanto midiáticas, alguns conceitos de Schütz ajudam a esclarecer as nuances destes processos que são fulcrais aos estudos da Comunicação. Isto porque, como propõe José Luiz Braga (2012), a comunicação faz-se, necessariamente, no espaço das interações sociais. As teorizações do pensador austríaco revelam a importância do esclarecimento de como se modela a intersubjetividade, a coordenação das ações e como é criado um mundo comum de trocas – importantes componentes para a investigação dos objetos pelo viés comunicativo.

O conceito de mundo da vida de Schütz é uma base para se situar os assuntos envolvendo interações (abarcando nesta esfera também as interações com os *media*). Trata-se de um ambiente intersubjetivo que abrange todas as esferas da experiência e ações cotidianas, por meio das quais os sujeitos, por interesses práticos, relacionam-se com os outros, projetam ações e concebem planos. Como demonstra João Carlos Correia (2002), o mundo da vida diária organiza a experiência a partir do presente e se direciona ao passado e ao futuro. Nele prevalece a atitude natural, através da qual a realidade se apresenta como um “estar aí” contínuo, sempre já dado, do qual não é preciso se interrogar: “o que é colocado entre parênteses é a dúvida de que o mundo e seus objetos possam ser diferentes de como aparecem” (CORREIA, 2002: 47).

O mundo da vida é o terreno através do qual os indivíduos podem travar relações tendo em vista o compartilhamento de significados comuns, de formatos interpretativos e expressivos. As zonas de relevância vinculam as diversas esferas do cotidiano e dependem dos interesses à mão que motivam o pensar e o agir, estabelecendo os problemas a serem solucionados. Dependendo dos propósitos práticos estas relevâncias oscilam de um estado máximo até um mínimo, na qual nenhuma mudança ocorrida acarretaria atrasos ou desvios nos planos de resolução

práticos. Esses terrenos de atenção social se interceptam e se sobrepõem, bem como mudam a partir das variações nas ações que se pretende realizar – tais alterações e as hierarquias entre os planos dependem de elementos do contexto social. Para Schütz (1979) esses domínios são tratados nos grupos sociais como elementos inquestionáveis, parte da sua concepção natural do mundo. Eles fornecem códigos de interpretação e orientação acerca da atitude natural da coletividade, demarcando qual parcela do mundo comum é importante para os interesses práticos em dada situação.

O espaço social compartilhado se compõe de realidades múltiplas, nas quais as experiências cotidianas são enquadradas: as províncias de significado finito traduzem os sentidos das vivências, acomodando eventos vividos similares em uma mesma classe de fenômenos. Alfred Schütz (1979) afirma que a realidade suprema é o cotidiano: ela forma o lugar de pertença do indivíduo no momento de transição de uma província para outra. O dia a dia conforma o mundo da vida, alimenta a atitude natural e fornece modos de experiências comumente conhecidas. As transições entre províncias finitas acontecem através de um choque que marca a passagem – revelando que o mundo do trabalho não é a única, mas somente uma entre muitas outras províncias acessíveis. Tais considerações revelam que os sujeitos percebem uma multiplicidade de realidades que são utilizadas na construção de seus modos diversos de relação entre consciência e materialidade – todas elas mediadas pela linguagem.

O mundo da vida é intersubjetivo, poroso e pleno de interações que compõe sua estrutura. Para Schütz (1979) este mundo é vivenciado e interpretado por todos interminavelmente. Contudo, a percepção da vida psicológica de nossos correligionários só nos é acessível em situações de copresença, sendo necessário um ambiente comum, estabelecido por uma motivação reciprocamente orientada, para que se desencadilhem relações de compreensão mútua. “Assim (...) Schütz afirma que compreender a outra pessoa implica captar as coisas das quais as manifestações exteriores são indicações, e remete para os contextos de significados próprios das outras pessoas.” (CORREIA, 2002: 68).

Deste modo, fica patente que na vida diária pressupomos nossos interlocutores assim como admitimos o mundo objetivo (como algo dado, que estava presente antes de nossa existência e que perdurará após nosso falecimento). A intersubjetividade constitui o elo entre nossas experiências subjetivas (imanentes), e a temporalidade constituída (transcendente) – é um “tempo intersubjetivo objetivo” (SCHÜTZ, 1979: 161) que nos acomoda. Por este horizonte conceitual, Schütz elabora a “tese geral da reciprocidade de perspectivas” (1979: 178), que propõe que o que permite a comunicação é o pressuposto (um tanto quanto idealizado) de que partilhamos com nossos semelhantes: a) a possibilidade de nos fabular assumindo suas ações (troca de pontos de vista) e; b) um mesmo sistema de relevâncias, que torna as diferenças individuais de interpretação insignificantes, até que seja provado o contrário.

Apesar do arrojamento destas definições de Schütz, leituras posteriores expuseram possíveis pontos problemáticos que tergiversam majoritariamente a sua inquestionada pressuposição socialmente cristalizada da intersubjetividade e do mundo objetivo. Na sociologia dos problemas públicos francesa, Daniel Cefaï (1997) é um dos expoentes de uma reconfiguração do pensamento do austríaco à luz das reflexões sobre interações particularmente conflituosas e das situações concretas da cultura política. Para o autor, nestas circunstâncias, fica patente que o conjunto de códigos de expressão e interpretação do mundo da vida é também imposto em um sentido prático (exerce poder e não age só com base em cooperação), e é negociado e combatido por outros repertórios mobilizados intersubjetivamente pela cultura em uma situação de controvérsia política destravada por um acontecimento público.

Em um caráter ainda mais incisivo, Melvin Pollner (2000) chega mesmo a colocar em suspensão as teses de Schütz ao propor que as máximas acerca do mundo comum e da intersubjetividade escamoteiam para um grau menos intenso os problemas que possam emergir neste ambiente supostamente partilhado. Assim, se tomamos estas máximas como autoevidentes, as disjunções que emergem delas não têm potência suficiente para interrogar, por exemplo, a presumida intersubjetividade objetiva. Nas palavras de Pollner, “a disjunção não é a ocasião para questionar a intersubjetividade fundamental do mundo” (2000: 163), e isto porque nesta trama conceitual o dissenso, é, na melhor das hipóteses, “a ocasião para determinar qual das condições que estão tacitamente implicadas na antecipação de uma unanimidade de experiências e explicações se pode inferir que não foi operativa” (2000: 163).

Até o momento foram abordadas as questões colocadas por Schütz no nível das interações cotidianas no mundo da vida, ajudando-nos a entender como é criado um espaço comunicacional. Mas e a mídia? É viável abordar os meios de comunicação através das colocações do autor? Primeiramente, deve-se pensar os *media* como uma entre as diversas províncias de significado as quais o pensador alude como parte do mundo da vida: possui um estilo cognitivo particular e um sistema de relevâncias próprio de produção. João Carlos Correia (2002), para além de delimitar o sistema de relevância interno aos meios como fundador de seus produtos culturais, ainda adverte que eles são importantes atores na determinação de sistemas de relevância do cotidiano, ajudando a construir os sentidos partilhados.

Além disso, a relação entre o sistema de relevância e a realização das tipificações socialmente contextualizadas passa pelo espaço midiático. Tornar típico estabelece uma unidade entre experiências de mesma natureza, trazendo um horizonte de possíveis. O conhecimento e o uso desses sistemas de tipos faz parte da herança sociocultural, o que constitui as referências pelas quais o mundo é interpretado.

A corporação midiática conforma-se enquanto um grupo social, dentro do qual os conhecimentos comuns são assumidos como dados e evidentes. A forma de operação da mídia entrelaça-se com a vivência de sua equipe e suas maneiras de pensar habituais, na medida em que participam de uma situação comum. O compartilhamento de pontos de vista é construído na tensão entre interior e exterior da comunidade, na medida em que somente membros do grupo tem acesso ao sistema de relevância e tipificação. A mídia, em sua produção cotidiana, leva em conta os caracteres de sua formação interna, assumindo um sistema de compreensão particular. Dessa forma, opera no mundo da vida a partir de seus significados partilhados, sem ter contato direto com outros sistemas de relevância.

Mas como defende João Carlos Correia (2002), se os meios de comunicação possuem um esquema de relevância próprio, ao mesmo tempo precisam se adequar a outras esferas de atenção da vida diária. Desse modo, o jornalista poder ser classificado como um profissional da atitude natural, pois tenta se posicionar como um observador desinteressado da realidade (mantendo a crença na permanência do mundo percebido), na mesma medida em que se pauta por adequar seu trabalho aos sistemas de relevância e tipificação do cidadão médio (que deverá ficar “bem informado” (SCHÜTZ, 1979: 237)). Este modelo de prática profissional, inserido em um ambiente social amplo, pode favorecer o conformismo, a consolidação de estereótipos e a ausência de reconhecimento de grupos marginalizados, mas também pode ser um terreno fértil para o pluralismo: o jornalista pode se assumir como ator social engajado, não só preocupado em reproduzir os esquemas organizadores da atitude natural, mas também compromissado em desestabilizar os quadros hegemônicos (como no jornalismo público, por exemplo).

Considerações Finais

Se a Comunicação é um campo constituído primordialmente através das contribuições provenientes de disciplinas vizinhas, é imprescindível que nesse processo de apropriação das teorizações fronteiriças não se perca de vista o ângulo comunicacional de investimento nos fenômenos concretos. Isto mantém a atenção do pesquisador para a formulação de perguntas particulares do campo, evitando assim que autores convocados da sociologia, da filosofia, da antropologia, da história (entre muitas outras disciplinas), adentrem na Comunicação para favorecer a dispersão da área e gerar um senso de interdisciplinaridade vago, “uma espécie de terreno vazio, sem outra existência senão pelo fato de que todas as disciplinas humanas e sociais tivessem alguma coisa a dizer sobre o tema” (BRAGA, 2011: 63). Com esta preocupação e vigilância em mente, foi possível realçar ao longo deste artigo um conjunto significativo de aportes trazidos por Schütz que nos permitem refinar tanto as fundamentações epistemológicas da área quanto os marcos de referência conceituais.

Em nível mais abstrato, o autor, alinhado a outras perspectivas concernentes a uma “segunda ruptura epistemológica” no âmbito da ciência moderna, revigora o sentido da relação entre sujeito e objeto (e entre senso comum e saber acadêmico) em seu programa de pesquisa sem, contudo, resvalar nos erros cometidos tanto pelo “empirismo ingênuo” (que apostava em uma imersão não mediada na experiência vivida), quanto nas insuficiências das epistemologias que, para evitar este tipo de investida empírica, geraram um fosso inseparável entre as províncias da realidade objetiva. Se são as perguntas lançadas à realidade que conformam os modos de entendimento e explicação internos ao campo da Comunicação, é necessário efetuar uma guinada similar a Schütz, se atentando na mesma medida para o posicionamento do pesquisador frente à investigação, para as configurações teóricas que subjazem as perguntas e para as mediações (e múltiplas infiltrações) que inevitavelmente são estabelecidas quando formas de apreensão da realidade distintas têm seus laços estreitados.

Em um plano de orientação conceitual (e apesar das críticas tecidas posteriormente), Schütz corrobora com um pensamento comunicacional que toma a interação como peça-chave tanto de convergência das diferentes linhas investigação quanto de direcionamento de perguntas oportunas ao campo. E estas interações que o autor se acerca nos dizem de um mundo da vida em que a intersubjetividade constrói-se por meio de atos expressivos e interpretativos originando o lugar comum - no qual há o compartilhamento de referências -, e no qual a mídia é um dos artífices do processo, entrelaçada nas mesmas matrizes sociais que nos conduzem às minúcias da vida cotidiana prática.

Referências bibliográficas

BRAGA, J. Constituição do Campo da Comunicação. *Verso e Reverso*, São Leopoldo, v. 25, p. 62-77, 2011.

_____. Uma teoria tentativa. *E-Compós*, Brasília, v. 12, p.1-17, 2012.

CEFAÏ, D. Otro enfoque de la cultura política: repertorios de identidad y marcos de interacción, formatos narrativos de los acontecimientos públicos, regímenes de negociación y arreglos sindicales. *Foro Internacional*, México, v. 37, p.150-162, 1997.

CORREIA, J. *A teoria da comunicação de Alfred Schütz*. Covilhã: Labcom, 2002.

GARFINKEL, H. *Estudios en Etnometodología*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2006.

POLLNER, M. El razonamiento mundano. In: DIAZ, F. (Org.) *Sociologías de la situación*. Madrid: La Piqueta, 2000. P.129-163

ROSSETTI, R. A ruptura epistemológica com o empirismo ingênuo e inovação na pesquisa empírica em Comunicação. In: BRAGA, J; LOPES, M; MARTINO, L. (Orgs.) *Pesquisa empírica em Comunicação*. São Paulo: Paulus, 2010. P.71-86

SANTOS, B. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SCHÜTZ, A. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

TEIXEIRA, C. Em busca da experiência mundana e seus significados. Georg Simmel, Alfred Schütz e a Antropologia. In: TEIXEIRA, C. (Org.) *Em busca da experiência mundana e seus significados. Georg Simmel, Alfred Schütz e a Antropologia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. P. 9-33.